

Ensino médio

Matrícula inicial por dependência administrativa - Brasil - 1994/99

Matrícula por dependência administrativa

Ano	Total	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Particular	%
1994 ⁽¹⁾	4.936.211	106.428	2,2	3.528.471	71,5	270.973	5,5	1.030.339	20,9
1995 ⁽¹⁾	5.374.831	113.524	2,1	3.808.326	70,9	288.708	5,4	1.164.273	21,7
1996	5.739.077	113.091	2,0	4.137.324	72,1	312.143	5,4	1.176.519	20,5
1997	6.405.057	131.278	2,0	4.644.671	72,5	362.043	5,7	1.267.065	19,8
1998	6.968.531	122.927	1,8	5.301.475	76,1	317.488	4,6	1.226.641	17,6
1999 ⁽²⁾	7.767.091	120.845	1,6	6.138.357	79,0	283.711	3,7	1.224.178	15,8
Tx. Cresc. 94/99	57,3%	13,5%		74,0%		4,7%		18,8%	

Fontes: Inep/MEC (1) Dados estimados (2) Dados preliminares

Educação Rede de ensino médio será maior

Crescimento do setor exigirá criação de novo mecanismo

Deise Leobet
de Brasília

O rápido crescimento do ensino médio (o antigo 2º grau), cuja matrícula cresceu 57,3% desde 1994, vai exigir a criação de um novo mecanismo de financiamento para garantir a expansão desse setor nos próximos anos. A meta do governo federal é chegar ao final de 2002 com uma taxa de escolarização líquida no ensino médio de 50%, beneficiando cerca de 10 milhões de alunos, contra os atuais 7,8 milhões de estudantes.

"Hoje a maior necessidade de financiamento é na área do ensino fundamental. Daqui a oito anos o problema estará concentrado no ensino médio", disse ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, durante o seminário que discute a reforma do ensino médio no País.

A reforma que está sendo implantada pretende acabar com a atual rigidez de disciplinas no ensino médio para priorizar o desenvolvimento de conhecimento e de competências dos estudantes. Na prática, cada aluno terá à disposição um currículo estruturado em competências básicas, que vão compor uma base nacional comum (75%), mas também poderá optar por outras áreas de conhecimento que ficarão a critério de cada escola (25%).

Para a expansão e as mudanças no ensino médio, porém, serão necessários novos recursos. Os estados, que hoje financiam 74% dos estudantes matriculados no 2º grau, defendem a criação de um modelo de financia-

mento permanente para o setor nos mesmos moldes do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef). Esse mecanismo garante um investimento mínimo anual de R\$ 315 por aluno matriculado em escolas de 1ª a 8ª séries.

O Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) quer que a fonte de recursos para o ensino médio seja definida na própria reforma tributária. A proposta elaborada pelo setor vincula parte da arrecadação da nova Contribuição Social Geral (CSG) ao ensino básico, que com a reforma vai compreender todo o ensino fundamental e o médio.

Segundo o presidente do Consed, Éfrem Maranhão, a entidade propõe que seja destinado da CSG um valor mínimo de R\$ 5,4 bilhões por ano ao setor. Isso corresponde ao dobro do que hoje é arrecadado com o recolhimento do salário-educação pelas empresas, que deve ser incorporado nas receitas da nova contribuição. "O que é preciso ficar claro é que não se faz política de ensino, de expansão ou de melhoria da qualidade sem financiamento", disse Maranhão.

Apesar de admitir a necessidade de financiamento para o setor, o MEC ainda não tem uma proposta definida. Paulo Renato alega que a responsabilidade de financiamento

do ensino médio continua sendo dos próprios estados. Ele lembrou que o modelo atual de financiamento é falho porque não garante volume fixo de investimentos para o 2º grau.

Dos 25% das receitas estaduais destinadas para financiar a educação, 15% vão para o ensino fundamental. Os 10% restante são divididos entre o ensino médio e o ensino superior, mas não há critério distributivo. "Isso varia de acordo com o número de universidades e outras instituições que cada estado tem", disse o ministro.

Enquanto o governo federal e os estados não chegam a um acordo, o MEC está negociando um empréstimo de R\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID), dos quais R\$ 500 milhões de contrapartida brasileira, para dar início a reorganização do ensino médio no País.

Esses recursos deverão ser aplicados na construção, reforma e ampliação de laboratórios, bibliotecas, compra de equipamentos de informática, formação de professores, entre outros. A aprovação do empréstimo deve sair até outubro. No entanto, apenas os estados que regulamentaram a reforma receberão os recursos internacionais, afirmou o ministro. Dos 26 estados e o Distrito Federal, nove ainda não concluíram a regulamentação da reforma.

**Reforma proposta
pretende acabar com
a atual rigidez de
disciplinas para
priorizar as aptidões
dos estudantes**